

Sumário

Nota dos autores à 11ª edição	17
Nota dos autores à 10ª edição	19
Prefácio à 1ª edição	25
Apresentação à 1ª edição	27
Capítulo 1 ► Introdução ao estudo do processo coletivo	31
1. Conceito de processo coletivo, ação coletiva e tutela jurisdicional coletiva	31
2. O processo coletivo como espécie de “processo de interesse público” (<i>public law litigation</i>): Interesse público primário e interesse público secundário no controle jurisdicional de políticas públicas	36
2.1. Generalidades	36
2.2. Modelo experimentalista de reparação e medidas estruturantes (<i>structural injunctions</i> e <i>specific performance</i>)	38
2.3. Interesse público primário e interesse público secundário	39
2.4. A implementação e controle de políticas públicas por parte do Poder Judiciário (judicial activism, judicial restraint e ativismo judicial seletivo): ativismo da lei e da Constituição em matéria de políticas públicas no Brasil	41
2.5. Para além da “politização da justiça” em uma democracia de direitos: uma conclusão parcial	45
3. O microsistema processual coletivo, o papel do Código de Defesa do Consumidor e o diálogo das fontes com o CPC-2015 (era da recodificação)	50
3.1. Generalidades	50
3.2. O CDC como um “Código de Processo Coletivo Brasileiro”	53
3.3. O microsistema do processo coletivo	55
4. Legislação e procedimentos relacionados à tutela coletiva: procedimento comum das causas coletivas (art. 21 da LACP e art. 90 do CDC)	60
Capítulo 2 ► Situações jurídicas coletivas: direitos coletivos <i>lato sensu</i> (difusos, coletivos e individuais homogêneos) e casos repetitivos	65
1. Introdução	65

2. Conceito formal (estrutural) de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	66
2.1. Direitos ou “interesses”?	67
2.2. Direitos difusos	73
2.3. Direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	74
2.4. Direitos individuais homogêneos	75
2.4.1. Generalidades	75
2.4.2. Direitos individuais homogêneos como direitos coletivos: visão crítica da doutrina dos “direitos individuais coletivamente tratados”	80
2.4.3. O julgamento do RE n. 631.111/GO: núcleo de homogeneidade e margem de heterogeneidade	82
3. Titularidade dos direitos coletivos lato sensu: direitos subjetivos coletivos.	83
4. Critérios para a identificação do direito objeto da ação coletiva.	84
5. Dos direitos coletivos aos conflitos coletivos: a adequação do processo coletivo às peculiaridades do caso levado a julgamento. A proposta de Edilson Vitorelli	87
5.1. Introdução	87
5.2. Litígios coletivos de difusão global	89
5.3. Litígios coletivos de difusão local	90
5.4. Litígios coletivos de difusão irradiada	91
5.5. Cumulação de litígios de difusão irradiada com litígios globais e locais	94
5.6. Conclusão	96
6. Instrumentos para a tutela das situações jurídicas coletivas no direito brasileiro: a ação coletiva e o julgamento de casos/questões repetitivos	97
7. Situações jurídicas coletivas passivas	102
Capítulo 3 ► Normas fundamentais da tutela jurisdicional coletiva	103
1. Consideração introdutória	103
2. Princípio do devido processo legal coletivo	104
2.1. Generalidades	104
2.2. Regra da adequada legitimação	106
2.3. Adequada certificação da ação coletiva	106
2.4. Informação e publicidade adequadas	109
2.4.1. Princípio da adequada notificação dos membros do grupo	109
2.4.2. Regra da informação aos órgãos competentes	110
2.5. Princípio da competência adequada	111
3. Princípio da primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo	113
4. Princípio da indisponibilidade da demanda coletiva. O problema da desistência da ação coletiva	116
5. Postulado hermenêutico do microsistema: aplicação integrada das leis para a tutela coletiva (diálogo de fontes)	118

6. Reparação integral do dano	120
7. Princípios da não taxatividade e atipicidade (máxima amplitude) da ação e do processo coletivo	121
7.1. Generalidades	121
7.2. O mandado de segurança coletivo como instrumento processual para a tutela de direitos difusos	123
8. Princípio da predominância de aspectos inquisitoriais no processo coletivo	125
9. Princípio da primazia da decisão de mérito do processo coletivo em relação à decisão de mérito do processo individual.	128
Capítulo 4 ► Competência	131
1. Princípio da competência adequada	131
2. Competência territorial	132
2.1. Distinção entre competência funcional e competência territorial absoluta	132
2.2. A competência para a ação civil pública como hipótese de competência territorial absoluta	133
2.3. A competência para a ação civil pública e a regra de delegação de competência federal ao juiz estadual (art. 109, § 3º, CF/88)	135
2.4. Competência quando o dano ou o ilícito for nacional	136
2.5. Competência quando o dano ou o ilícito for regional	140
2.6. Competência quando o dano ou o ilícito for estadual	145
3. Competência para a ação de improbidade administrativa	145
3.1. A inconstitucionalidade da Lei nº 10.628/2002 (prerrogativa de função)	145
3.2. Competência para julgamento dos agentes políticos (crime de responsabilidade e bis in Idem)	146
3.3. Limitação da decisão do juiz de primeiro grau nas ações de improbidade: impossibilidade	149
4. Outras hipóteses de competência da Justiça Federal para processar e julgar ação coletiva	150
5. Competência do STF para as ações coletivas que envolvam conflitos entre estados ou entre esses e a União (art. 102, I, "f", CF/88)	150
6. Casos extraordinários de competência originária do STF para julgar a ação popular	152
7. Competência para julgamento de ação civil pública sobre poluição visual por propaganda política: justiça eleitoral ou justiça comum?	153
8. Competência internacional? Litígios transnacionais, transfronteiriços e cooperação internacional em ações coletivas	154
Capítulo 5 ► Conexão e litispendência entre ações coletivas	159
1. Conexão	159
1.1. Considerações gerais sobre a conexão	159

1.2. A conexão e a prevenção na tutela jurisdicional coletiva	162
1.3. Cooperação jurisdicional nacional e a conexão probatória (art. 69, CPC).	164
1.4. Conexão após o julgamento de uma das ações coletivas: art. 55, § 1º, CPC, n. 235 da súmula do STJ e a distinção feita no CC 144.922/MG.	164
2. Litispêndência	165
2.1. Considerações gerais sobre a litispêndência	165
2.2. Litispêndência entre demandas coletivas	166
2.2.1. Generalidades. litispêndência entre demandas coletivas propostas por legitimados diversos	166
2.2.2. Efeito da litispêndência entre demandas coletivas com partes distintas	167
2.2.3. Identidade da situação jurídica substancial deduzida	169
2.2.4. Litispêndência entre as demandas coletivas que tramitam sob procedimentos diversos	171
2.2.5. Há litispêndência entre uma ação coletiva que versa sobre direitos difusos e outra que versa sobre direitos individuais homogêneos?	172
3. Relação entre a ação coletiva e a ação individual	174
3.1. A ação coletiva não induz litispêndência para a ação individual	174
3.2. O pedido de suspensão do processo individual. A ciência inequívoca da existência do processo coletivo e o ônus do demandado de informar o autor individual	174
3.3. A desistência do mandado de segurança individual em razão da pendência do mandado de segurança coletivo. Art. 22, § 1º, da Lei n. 12.016/2009. Possível inconstitucionalidade. Apelo ao microsistema	177
3.4. Há continência entre ação coletiva e ação individual?	179
3.5. O direito à autoexclusão (<i>right to opt out</i>) no microsistema brasileiro de tutela coletiva	180
3.6. Possibilidade de suspensão do processo individual independentemente de requerimento da parte. O julgamento do REsp n. 1.110.549/RS (recurso especial repetitivo) e o CPC	182
3.7. Comunicação da existência de processos repetitivos ou outro fato que possa dar ensejo ao ajuizamento de ação coletiva (art. 7º da Lei n. 7.347/1985 e art. 139, X, do CPC)	186
Capítulo 6 ► Legitimação <i>ad causam</i> nas ações coletivas	189
1. Natureza jurídica da legitimação coletiva	189
2. Legitimação extraordinária coletiva decorrente de negócio processual: impossibilidade, como regra	193
3. Legitimação ativa	194
4. Características da legitimação coletiva	196
5. O problema do interesse do substituto	198
6. Controle jurisdicional da legitimação coletiva	200
6.1. Generalidades	200

6.2. Notas sobre o controle da “representação adequada” no direito estrangeiro	204
6.3. Legitimação adequada nos litígios de difusão global, local ou irradiada: a tensão entre legitimação e participação. A contribuição de Edilson Vitorelli	207
6.4. Síntese conclusiva	211
7. Consequência da falta de legitimação coletiva ativa	212
8. Legitimidade ativa das defensorias públicas	212
9. “Legitimidade <i>ad causam</i> ou <i>ad processum</i> ” no mandado de segurança coletivo..... Perspectivas.	220
10. Notas sobre litisconsórcio na ação de improbidade administrativa: litisconsórcio entre “agentes tidos como ímprobos” e litisconsórcio entre o “agente ímprobo” e a pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário	223
11. O RE n. 573.232/SC e a utilização do precedente pelo STJ: substituição processual das associações versus representação processual mediante autorização	225
12. Outros problemas relacionados à legitimidade ativa do Ministério Público	229
 Capítulo 7 ► Intervenção de terceiros	231
1. Assistência	231
1.1. Premissa geral para o exame do interesse jurídico que justifica a intervenção como assistente	231
1.2. Causas que versam sobre direitos difusos e coletivos <i>stricto sensu</i>	233
1.2.1. Intervenção do indivíduo	233
1.2.2. Intervenção de um colegitimado	234
1.2.3. Intervenção do indivíduo legitimado à propositura de ação popular	234
1.3. Assistência nas causas que versem sobre direitos individuais homogêneos (art. 94 do Código de Defesa do Consumidor)	236
1.4. Assistência na ação popular	238
2. Intervenção de <i>amicus curiae</i> em ações coletivas	240
3. Intervenção móvel da pessoa jurídica interessada na ação popular e na ação de improbidade administrativa (despolarização da demanda)	241
3.1. Generalidades	241
3.2. Intervenção móvel da pessoa jurídica de direito privado e a Lei n. 12.846/2013	244
4. A denunciação da lide em ação civil pública	245
4.1. Generalidades	245
4.2. A denunciação da lide e o chamamento ao processo nas causas coletivas de consumo	247
5. Intervenção de legitimado extraordinário para a defesa de direitos coletivos (<i>lato sensu</i>) como assistente simples em processo individual	250

Capítulo 8 ► Inquérito civil	253
1. Noções gerais. A reconfiguração do inquérito civil no sistema multiportas de acesso à justiça	253
2. Inquérito civil e inquérito policial	256
3. Efeitos do inquérito civil	257
4. Discussões em torno do possível objeto do inquérito civil. O problema do inquérito civil em matéria eleitoral.	260
5. Princípio do Contraditório	262
6. Princípio da publicidade e inquérito civil	266
7. Inquérito civil e produção antecipada de prova	270
7.1. Generalidades	270
7.2. O CPC e a antecipação de prova não urgente (art. 381 a 384, CPC-2015). A produção de prova para futura ação coletiva independentemente da instauração do inquérito civil	271
7.3. Simultaneidade de procedimentos investigatórios para apurar o mesmo fato (inquérito penal e cível) e prova emprestada	273
8. Princípio da duração razoável	274
9. Instauração	274
10. Representação anônima: possibilidade	277
11. Inquérito civil e compromisso de ajustamento de conduta	278
12. Arquivamento	279
13. Reabertura do inquérito e reapreciação de provas	284
14. O inquérito civil e os crimes relacionados: falso testemunho, deixar de prestar informações e denúncia caluniosa	285
15. Recomendações e ombudsman (defensor del pueblo)	288
16. Cadastro nacional das ações coletivas, inquéritos civis e compromissos de ajustamento de conduta	292
 Capítulo 9 ► Prescrição e decadência das situações jurídicas coletivas	 295
1. Generalidades	295
2. Classificação dos direitos: direitos-prestação, direitos-poder (direitos potestativos) e direitos-dever	297
3. A tese da imprescritibilidade das ações coletivas	299
4. Regras expressas sobre prescrição e decadência na tutela coletiva	300
5. Prescrição e ação coletiva para a tutela de direitos individuais homogêneos. O julgamento do REsp. n. 1.070.896/SC pelo Superior Tribunal de Justiça	304
6. Prazo quinquenal para as execuções decorrentes de ações coletivas	307
7. A discussão sobre a imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário	308
8. Início da fluência, impedimento, suspensão e interrupção. Aplicação subsidiária do CDC	310

9. A propositura de uma ação coletiva interrompe o prazo prescricional para a ação individual?	316
10. Discussão sobre a legitimidade e o início do prazo prescricional para a execução individual fundada em sentença coletiva	317
Capítulo 10 ► Autocomposição nos direitos coletivos (justiça multiportas e tutela adequada em litígios complexos)	321
1. Generalidades. Justiça multiportas (multi-door justice) como justiça adequada	321
2. Da alternatividade à adequação	323
3. Da possibilidade de transação nos processos coletivos e da impossibilidade de renúncia ao direito em que se funda a ação coletiva	324
4. O compromisso de ajustamento de conduta: extrajudicial e judicial	325
4.1. Generalidades	325
4.2. Órgãos públicos legitimados: Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Pública (legitimados para o compromisso extrajudicial ou judicial) e os demais co-legitimados (legitimados para o compromisso judicial)	329
4.3. A concreção de direitos e deveres a partir dos compromissos de ajustamento de conduta	330
4.4. A utilização da produção antecipada de provas como instrumento que estimula a autocomposição	332
5. Audiência preliminar de mediação ou conciliação (art. 334, CPC)	332
6. Negócios jurídicos processuais coletivos	334
7. A autocomposição em ação de improbidade administrativa	335
7.1. A revogação do art. 17, § 1º, Lei n. 8.429/1992. A necessária interpretação histórica. A colaboração premiada e o acordo de leniência como negócios jurídicos processuais atípicos no processo de improbidade administrativa	335
7.2. A autocomposição e o pedido de ressarcimento ao erário	338
8. Controle da autocomposição pelo juiz. O dever de controle do mérito do acordo e da legitimação adequada	339
9. Limites à autocomposição nos processos coletivos	342
10. Outras ponderações contra o acordo judicial: fiscalização do desequilíbrio econômico e de informações entre as partes	343
11. O princípio da primazia do julgamento de mérito, tutela integral do direito, disparidade econômica e a necessidade de produção de prova adequada para a conciliação ou mediação: coisa julgada <i>rebus sic stantibus</i>	344
12. A possibilidade de impugnação pelos colegitimados por meio do recurso de terceiro interessado e outras ações de impugnação autônomas	345
Capítulo 11 ► Aspectos gerais do processo coletivo	349
1. O pedido na ação coletiva	349
1.1. Interpretação do pedido	349

1.2. O pedido de indenização por dano moral coletivo	350
1.3. Ações coletivas e o controle de constitucionalidade	353
1.4. Ação coletiva em matéria tributária	355
1.5. Ação civil pública em matéria previdenciária	358
1.6. Ação civil pública em matéria de FGTS	359
2. Abandono em ações coletivas	360
3. Desistência em ações coletivas	361
4. A reconvenção	362
5. A distribuição dinâmica do ônus da prova	365
6. Audiência pública	365
7. Audiência pública extrajudicial e Ministério Público	369
8. Tutela provisória nos processos coletivos	372
8.1. Generalidades	372
8.2. Tutela de evidência cautelar no processo de improbidade administrativa: a indisponibilidade dos bens prevista no art. 7º da Lei n. 8.429/1992	377
9. Litigância de má-fé e despesas processuais	381
9.1. Regime jurídico geral de adiantamento de custas processuais e pagamento de honorários advocatícios de sucumbência nas ações coletivas	381
9.2. Outros possíveis condenados em razão da litigância de má-fé	383
9.3. Condenação do ministério público: responsabilidade da fazenda pública	386
9.4. Arts. 17 e 18 da Lei n. 7.347/1985	387
10. A atuação do Ministério Público nas ações coletivas	388
10.1. Litisconsórcio entre Ministérios Públicos e o problema da competência	388
10.2. A questão do enunciado n. 489 da súmula STJ	394
10.3. Intervenção como fiscal da ordem jurídica	397
10.4. Ministério Público e os direitos individuais homogêneos: função promocional dos relevantes interesses sociais	399
10.5. Ministério Público e o seguro decorrente do DPVAT: cancelamento do enunciado n. 470 da súmula do STJ	403
10.6. Ministério público e proteção ao erário	404
10.7. Ministério público como parte e a prerrogativa funcional da reserva de “assento à direita do órgão jurisdicional” (Art. 41, XI, Lei n. 8.625/1993)	405
11. Decisão estrutural	407
12. Peculiaridades em relação aos recursos	415
12.1. O interesse recursal	415
12.2. O efeito suspensivo da apelação	416
12.3. Remessa necessária	417
12.3.1 Generalidades	417
12.3.2. Remessa necessária e improbidade administrativa	418

12.4. Agravo de instrumento na ação de improbidade administrativa	420
12.5. Agravo de instrumento na ação popular	421
Capítulo 12 ► Coisa julgada	423
1. Noções gerais sobre o regime jurídico da coisa julgada	423
2. Regime jurídico da coisa julgada coletiva	425
2.1. Nota introdutória	425
2.2. Coisa julgada coletiva nas ações que versam sobre direitos difusos ou coletivos	426
2.3. Coisa julgada coletiva nas ações que versam sobre direitos individuais homogêneos	429
3. Repercussão da coisa julgada coletiva no plano individual (§§ 2º e 3º do art. 103 do CDC)	430
4. Alguns posicionamentos doutrinários críticos à extensão da coisa julgada ao plano individual <i>secundum eventum litis</i>	434
5. Transporte in utilibus da coisa julgada penal coletiva para a esfera coletiva e individual (art. 103º, § 4º, CDC)	436
6. Coisa julgada na ação de improbidade administrativa	437
7. Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	439
8. Coisa julgada coletiva e os diversos procedimentos para a tutela coletiva	441
9. Art. 16 da Lei nº 7.347/1985 e o art. 2º da Lei nº 9.494/1997: os limites territoriais à “coisa julgada”. O posicionamento do Superior Tribunal de Justiça.	441
10. Ainda sobre a questão: o EREsp nº 1.134.957/SP do STJ: precedente da Corte Especial que exclui os limites territoriais da coisa julgada no processo coletivo	452
Capítulo 13 ► Liquidação e execução da sentença	455
1. A liquidação da sentença coletiva	455
1.1. Conceito de liquidação	455
1.2. Processo de liquidação, fase de liquidação e liquidação incidental	457
1.2.1. A fase de liquidação (ou liquidação-fase)	457
1.2.2. O processo de liquidação	459
1.2.3. A liquidação incidental (ou liquidação-incidente)	459
1.2.4. Síntese	461
1.3. A liquidação da sentença genérica proferida em processo em que se discutem direitos individuais homogêneos. Liquidação individual por legitimação ordinária e liquidação coletiva por substituição processual (legitimação extraordinária).	461
1.4. Liquidação de sentença proferida em processo coletivo em que se discutem direitos difusos ou coletivos em sentido estrito (prestações pecuniárias)	463
1.5. <i>A fluid recovery</i>	463
1.5.1. Generalidades.	463
1.5.2. Alternativas atípicas à fluid recovery do art. 100 do CDC	466

2. Execução da sentença no processo coletivo	468
2.1. Generalidades	468
2.2. O Fundo de defesa dos direitos difusos (FDD, art. 13 da Lei nº 7.347/1985)	471
2.3. A execução da sentença genérica na ação coletiva sobre direitos individuais homogêneos. O problema da legitimidade ativa	474
2.4. Execução fundada em sentença penal coletiva condenatória	479
2.5. Execução coletiva fundada em título extrajudicial. O paradigma da execução das decisões do CADE	480
2.6. Execução de decisão que determina a implantação de política pública. A possibilidade de uma execução negociada	482
2.7. Regime jurídico das despesas processuais na execução coletiva	483
2.8. Execução de sentença coletiva não impugnada pela Fazenda Pública e honorários advocatícios de sucumbência (súmula do STJ, n. 345, e o art. 85, § 7º, do CPC)	484
3. Competência para a liquidação e execução coletivas	488
Capítulo 14 ► Processo coletivo passivo	491
1. Nota introdutória	491
2. Conceito e classificação das ações coletivas passivas. As situações jurídicas passivas coletivas: deveres e estados de sujeição difusos, coletivos e individuais homogêneos	491
3. Exemplos de ações coletivas passivas	495
4. Aplicação subsidiária das regras do processo coletivo ativo	502
5. Coisa julgada no processo coletivo passivo	504
5.1. Consideração geral	504
5.2. Coisa julgada nas ações coletivas passivas propostas contra deveres ou estados de sujeição difusos ou coletivos stricto sensu	504
5.3. Coisa julgada nas ações coletivas passivas propostas contra deveres individuais homogêneos	506
6. Consideração final	508
Bibliografia	511